



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**RECURSO N.º 273, DE 2017**  
**(Do Sr. Lincoln Portela)**

Recurso contra Decisão do Presidente da Comissão de Cultura que indeferiu pedido de verificação de votação.

**DESPACHO:**  
PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.

**PUBLICAÇÃO INICIAL**  
Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com fundamento nos **artigos 96, §2º e 185, §1º**, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, interponho, perante Vossa Excelência, Recurso contra Decisão do Presidente da Comissão de Cultura, que na reunião do dia 29 de novembro de 2017, indeferiu pedido, legítimo, de verificação de votação formulado pelo Senhor Deputado Lincoln Portela (PRB/MG).

## JUSTIFICAÇÃO

O presente Recurso tem por objetivo a reforma da Decisão do Presidente da Comissão de Cultura, que na reunião ordinária do dia 29 de novembro de 2017, indeferiu pedido legítimo de verificação de votação formulado pelo Senhor Deputado Lincoln Portela (PRB/MG).

O Deputado Lincoln Portela apresentou requerimento de retirada de pauta do PL 7354/14, item 5 da Ordem do Dia da reunião ordinária de 29/11/2017. O presidente da comissão submeteu o requerimento à votação e anunciou que o mesmo havia sido rejeitado. Alguns segundos depois, o Deputado Lincoln Portela formulou pedido de verificação de votação que foi negado por ser intempestivo.

Ato contínuo, o presidente comunicou ao plenário que havia requerimento de inversão de pauta para o mesmo PL 7354/14. Colocado em votação o requerimento, o presidente anunciou que o requerimento fora aprovado. Desta vez, tempestivamente, o Deputado Lincoln Portela formulou novo pedido de verificação e para sua surpresa o pedido foi novamente negado, dessa vez sob o infundado argumento que nada estava sendo votado e, portanto, não caberia pedido de verificação de votação.

Acontece que se tratava de requerimento de inversão de pauta, proposição sujeita à votação do plenário da comissão, conforme determina o art. 50, §1º do regimento interno, e que foi de fato colocada em votação, conforme se comprova pelo vídeo da reunião, exatamente a partir do minuto 6:34. Aos 7:01 do mesmo vídeo o presidente anuncia o resultado da votação: "aprovado". No minuto 7:04 é perfeitamente audível o pedido de verificação formulado pelo Deputado Lincoln Portela, e na sequência o presidente diz textualmente: "Não votamos nada, Lincoln, vamos aguardar um pouquinho e você pede verificação na hora que for votar".

Houve votação e, ato contínuo, houve pedido de verificação formulado tempestivamente pelo Deputado Lincoln Portela. Não há qualquer dispositivo regimental que permita a decisão do presidente em negar a verificação alegando não ter havido votação. O vídeo da reunião é de uma clareza cristalina.

A reunião continuou e o projeto 7354/14 acabou por ser aprovado sem que houvesse a votação nominal do requerimento de inversão de pauta, legitimamente requerida dentro das normas regimentais e negada sem qualquer justificativa plausível.

Pelas razões expostas, interponho o presente Recurso, para que a Decisão do presidente da comissão de cultura seja reformulada e neste caso seja declarada nula a votação do PL 7354/14 e que seja feita nova votação, dessa vez atendidos os pressupostos regimentais.

Sala das Sessões, em      de novembro de 2017.  
Lincoln Portela  
Deputado Federal – PRB/MG

## **PROJETO DE LEI N.º 7.354-A, DE 2014** **(Da Sra. Luciana Santos)**

Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (relatora: DEP. MARIA DO ROSÁRIO).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÃO DE:

CULTURA;

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Cultura:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

### CAPÍTULO I

#### DO OBJETO

Art. 1º Esta Lei cria o Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente, e dá outras providências.

Art. 2º Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente - FDMI, que tem por finalidade propiciar recursos destinados à instalação, à manutenção e à modernização de veículos de mídia independente, nos termos dispostos nesta Lei.

Art. 3º Caberá ao órgão responsável pela elaboração das políticas de cultura formular as políticas, as diretrizes gerais e as prioridades que orientarão as aplicações do FDMI, bem como definir os programas, projetos e atividades financiados com recursos do Fundo, nos termos do art. 7º desta Lei.

### CAPÍTULO II

#### DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – veículo de mídia independente: emissoras de radiodifusão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão) comunitárias; canais de programação de distribuição obrigatória previstos nos incisos VIII e XI do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011; emissoras de radiodifusão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão) educativas; produtoras brasileiras regionais independentes; e veículos de comunicação de pequeno porte.

II – produtora brasileira regional independente: produtora brasileira que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) ser constituída sob as leis brasileiras;

- b) ter sede e administração no País;
- c) 100% (cem por cento) do capital total e votante devem ser de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;
- d) a gestão das atividades da empresa e a responsabilidade editorial sobre os conteúdos produzidos devem ser privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;
- e) não ser controladora, controlada ou coligada a concessionárias de serviço de radiodifusão de sons ou de radiodifusão de sons e imagens ou programadoras, empacotadoras ou distribuidoras do serviço de acesso condicionado de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;
- f) não ter, em seus quadros societários, sócios que tenham participação em concessionárias de serviços de radiodifusão de sons ou de sons e imagens ou programadoras, empacotadoras ou distribuidoras de serviço de acesso condicionado de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;
- g) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos;
- h) ser classificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada;
- i) não ter, em seus quadros societários, sócios que tenham participação em produtora de conteúdos sonoros ou audiovisuais que não seja classificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada.
- j) produzir, majoritariamente, conteúdo regional.

III – veículos de comunicação de pequeno porte: emissoras de radiodifusão comercial, veículos de imprensa escrita, bem como sítios e blogs de

internet, classificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada e que não tenham, em seus quadros societários, sócios que tenham participação em veículo de comunicação que não seja classificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada

IV – conteúdo regional: conteúdo brasileiro produzido no estado da Federação onde está localizada a sede da produtora brasileira regional independente que o produz.

### CAPÍTULO III

#### DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete ao órgão responsável pela elaboração das políticas de cultura:

I – implementar, acompanhar e fiscalizar os programas, projetos e atividades que aplicarem recursos do FDMI;

II - elaborar, anualmente, proposta orçamentária do FDMI;

III – prestar contas da execução orçamentária e financeira do FDMI.

### CAPÍTULO IV

#### DAS RECEITAS

Art. 6º Constituem receitas do Fundo:

I – dotações designadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais;

II – 10% (dez por cento) dos recursos a que se referem as alíneas “c”, “d” e “j” do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

III – 20% (cinquenta por cento) dos recursos a que se refere a alínea “e” do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

IV – 50% (cinquenta por cento) dos recursos auferidos na outorga onerosa de concessão ou permissão para executar os serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

V – contribuição de 1% (um por cento) sobre a receita operacional bruta, excluídos os impostos, de emissoras de radiodifusão de sons e de sons e imagens comerciais que não sejam classificadas como veículos de comunicação de pequeno porte, nos termos desta Lei;

VI – contribuição de 1% (um por cento) sobre a receita operacional bruta, excluídos os impostos, de prestadoras do serviço de acesso condicionado;

VII – doações;

VIII – outras que lhe vierem a ser destinadas.

## CAPÍTULO V DA APLICAÇÃO

Art. 7º Os recursos do FDMI serão aplicados em programas, projetos e atividades executados por veículos de mídia independente, que contemplarão, entre outros, os seguintes objetivos:

I – modernização de equipamentos;

II – contratação de pessoal;

III – elaboração de projetos editoriais;

IV – geração de novos conteúdos, compreendendo as atividades que vão desde a concepção do novo projeto até a criação dos conteúdos-piloto;

V – produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;

VI – promoção da cultura nacional.

§ 1º Na hipótese do inciso II, os recursos do FDMI poderão ser aplicados no pagamento de salários e encargos do contratado durante 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da sua admissão.

§ 2º Em cada exercício, pelo menos 40% dos recursos do FDMI serão aplicados em programas, projetos e atividades executados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O órgão responsável pela elaboração das políticas de cultura publicará, no prazo de até noventa dias do encerramento de cada ano, um demonstrativo das receitas e das aplicações do FDMI, informando as entidades beneficiadas, a finalidade das aplicações e outros dados de interesse público.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no **caput**, o órgão responsável pela elaboração das políticas de cultura utilizara todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuser, sendo obrigatória a divulgação no sítio oficial da pasta na internet.

§ 2º Na publicação das informações previstas no **caput** na internet, deverão ser atendidos os requisitos previstos no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Os trabalhos realizados pela subcomissão para analisar formas de financiamento da mídia alternativa, criada no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, apontaram a necessidade da inovação legislativa no aspecto do fomento à mídia independente, o que se reflete na necessidade de instituir um Fundo destinado a garantir a viabilidade dos veículos de mídia independente dentro de um mercado de comunicação especialmente.

O presente Projeto de Lei preocupa-se primeiramente em especificar o que vem ser “veículos de mídia independente” para os efeitos desta proposição, assim define os veículos que se enquadram como: “mídia independente”, “veículos de comunicação de pequeno porte”, “produtora brasileira regional independente” e “conteúdo regional”, todo no escopo desta proposição.

Também nos preocupamos em debater no curso dos trabalhos da já citada subcomissão a origem das receitas para o discutido Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente. Neste sentido, o presente Projeto de Lei aponta um conjunto de receitas públicas e privadas na composição do Fundo

de Desenvolvimento da Mídia Independente, e, ainda, discorre sobre o escopo de aplicação destes recursos.

Esta proposição alberga-se também nas propostas elaboradas pela sociedade civil no sentido da democratização dos meios de comunicação, assim inspira-se nas principais propostas da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009; das propostas apresentadas pelo Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; e das sugestões recebidas de diversos outros organismos representativos da sociedade civil organizada, especialmente da Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação – ALTERCOM, do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC), do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), e do Centro de Cultura Luiz Freire.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que reflete o entendimento deste colegiado acerca do tema.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 2014.

Luciana Santos

**Deputada Federal**

Relatora da Subcomissão para analisar Formas de Financiamento da Mídia Alternativa

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**LEI Nº 12.485, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011**

Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO VII  
DA DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO PELAS PRESTADORAS  
DO SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO

.....  
Art. 32. A prestadora do serviço de acesso condicionado, em sua área de prestação, independentemente de tecnologia de distribuição empregada, deverá tornar disponíveis, sem quaisquer ônus ou custos adicionais para seus assinantes, em todos os pacotes ofertados, canais de programação de distribuição obrigatória para as seguintes destinações:

I - canais destinados à distribuição integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, do sinal aberto e não codificado, transmitido em tecnologia analógica pelas geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em qualquer faixa de frequências, nos limites territoriais da área de cobertura da concessão;

II - um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

III - um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

IV - um canal reservado ao Supremo Tribunal Federal, para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça;

V - um canal reservado para a prestação de serviços de radiodifusão pública pelo Poder Executivo, a ser utilizado como instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais;

VI - um canal reservado para a emissora oficial do Poder Executivo;

VII - um canal educativo e cultural, organizado pelo Governo Federal e destinado para o desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, do ensino a distância de alunos e capacitação de professores, assim como para a transmissão de produções culturais e programas regionais;

VIII - um canal comunitário para utilização livre e compartilhada por entidades não governamentais e sem fins lucrativos;

IX - um canal de cidadania, organizado pelo Governo Federal e destinado para a transmissão de programações das comunidades locais, para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal;

X - um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos Municípios da área de prestação do serviço e a Assembleia Legislativa do respectivo Estado ou para uso da Câmara Legislativa do Distrito Federal, destinado para a divulgação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

XI - um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as instituições de ensino superior localizadas no Município ou Municípios da área de prestação do serviço, devendo a reserva atender a seguinte ordem de precedência:

a) universidades;

b) centros universitários;

c) demais instituições de ensino superior.

§ 1º A programação dos canais previstos nos incisos II e III deste artigo poderá ser apresentada em um só canal, se assim o decidir a Mesa do Congresso Nacional.

§ 2º A cessão às distribuidoras das programações das geradoras de que trata o inciso I deste artigo será feita a título gratuito e obrigatório.

§ 3º A distribuidora do serviço de acesso condicionado não terá responsabilidade sobre o conteúdo da programação veiculada nos canais previstos neste artigo nem estará

obrigada a fornecer infraestrutura para as atividades de produção, programação ou empacotamento.

§ 4º As programadoras dos canais de que tratam os incisos II a XI deste artigo deverão viabilizar, a suas expensas, a entrega dos sinais dos canais nas instalações indicadas pelas distribuidoras, nos termos e condições técnicas estabelecidos pela Anatel.

§ 5º Os canais previstos nos incisos II a XI deste artigo não terão caráter privado, sendo vedadas a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos, assim como a transmissão de publicidade comercial, ressalvados os casos de patrocínio de programas, eventos e projetos veiculados sob a forma de apoio cultural.

§ 6º Os canais de que trata este artigo deverão ser ofertados em bloco e em ordem numérica virtual sequencial, sendo vedado intercalá-los com outros canais de programações, respeitada a ordem de alocação dos canais no serviço de radiodifusão de sons e imagens, inclusive em tecnologia digital, de cada localidade.

§ 7º Em caso de inviabilidade técnica ou econômica, o interessado estará desobrigado do cumprimento do disposto no § 6º deste artigo e deverá comunicar o fato à Anatel, que deverá ou não aquiescer no prazo de 90 (noventa) dias do comunicado, sob pena de aceitação tácita mediante postura silente em função de decurso de prazo.

§ 8º Em casos de inviabilidade técnica ou econômica comprovada, a Anatel determinará a não obrigatoriedade da distribuição de parte ou da totalidade dos canais de que trata este artigo nos meios de distribuição considerados inapropriados para o transporte desses canais em parte ou na totalidade das localidades servidas pela distribuidora.

§ 9º Na hipótese da determinação da não obrigatoriedade da distribuição de parte dos canais de que trata este artigo, a Anatel disporá sobre quais canais de programação deverão ser ofertados pelas distribuidoras aos usuários, observando-se a isonomia entre os canais de que trata o inciso I deste artigo de uma mesma localidade, priorizando após as geradoras locais de conteúdo nacional ao menos um canal religioso em cada localidade, caso existente, na data da promulgação desta Lei.

§ 10. Ao distribuir os canais de que trata este artigo, a prestadora do serviço de acesso condicionado não poderá efetuar alterações de qualquer natureza nas programações desses canais.

§ 11. O disposto neste artigo não se aplica aos distribuidores que ofertarem apenas modalidades avulsas de conteúdo.

§ 12. A geradora local de radiodifusão de sons e imagens de caráter privado poderá, a seu critério, ofertar sua programação transmitida com tecnologia digital para as distribuidoras de forma isonômica e não discriminatória, nas condições comerciais pactuadas entre as partes e nos termos técnicos estabelecidos pela Anatel, ficando, na hipótese de pactuação, facultada à prestadora do serviço de acesso condicionado a descontinuidade da transmissão da programação com tecnologia analógica prevista no inciso I deste artigo.

§ 13. Caso não seja alcançado acordo quanto às condições comerciais de que trata o § 12, a geradora local de radiodifusão de sons e imagens de caráter privado poderá, a seu critério, exigir que sua programação transmitida com tecnologia digital seja distribuída gratuitamente na área de prestação do serviço de acesso condicionado, desde que a tecnologia de transmissão empregada pelo distribuidor e de recepção disponível pelo assinante assim o permitam, de acordo com critérios estabelecidos em regulamentação da Anatel.

§ 14. Na hipótese de que trata o § 13, a cessão da programação em tecnologia digital não ensejará pagamento por parte da distribuidora, que ficará desobrigada de ofertar aos assinantes a programação em tecnologia analógica.

§ 15. Equiparam-se às geradoras de que trata o inciso I deste artigo as retransmissoras habilitadas a operar em regiões de fronteira de desenvolvimento do País que

realizarem inserções locais de programação e publicidade, inclusive as que operarem na Amazônia Legal.

§ 16. É facultado à geradora de radiodifusão que integre rede nacional proibir que seu sinal seja distribuído mediante serviço de acesso condicionado fora dos limites territoriais de sua área de concessão, bem como vedar que o sinal de outra geradora integrante da mesma rede seja distribuído mediante serviço de acesso condicionado nos limites territoriais alcançados pela transmissão de seus sinais via radiodifusão.

§ 17. Na distribuição dos canais de que trata este artigo, deverão ser observados os critérios de qualidade técnica estabelecidos pela Anatel, sendo que, para os canais de que trata o inciso I, é de exclusiva responsabilidade da prestadora do serviço de acesso condicionado a recepção do sinal das geradoras para sua distribuição aos assinantes.

§ 18. A Anatel regulamentará os critérios de compartilhamento do canal de que trata o inciso XI entre entidades de uma mesma área de prestação de serviço.

§ 19. A programação dos canais previstos nos incisos VIII e IX deste artigo poderá ser apresentada em um só canal, se assim o decidirem os responsáveis por esses canais.

§ 20. A dispensa da obrigação de distribuição de canais nos casos previstos no § 8º deverá ser solicitada pela interessada à Anatel, que deverá se manifestar no prazo de 90 (noventa) dias do recebimento da solicitação, sob pena de aceitação tácita mediante postura silente em função de decurso de prazo.

§ 21. Nas localidades onde não houver concessão para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, caso o sinal de geradora ou retransmissora de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia analógica alcance os limites territoriais dessa localidade, a distribuidora deverá distribuir esse sinal, vedada a distribuição de programação coincidente e observado o disposto nos §§ 7º a 9º e 16.

## CAPÍTULO VIII DOS ASSINANTES DO SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO

Art. 33. São direitos do assinante do serviço de acesso condicionado, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e nas demais normas aplicáveis às relações de consumo e aos serviços de telecomunicações:

- I - conhecer, previamente, o tipo de programação a ser exibida;
- II - contratar com a distribuidora do serviço de acesso condicionado os serviços de instalação e manutenção dos equipamentos necessários à recepção dos sinais;
- III - (VETADO);
- IV - relacionar-se apenas com a prestadora do serviço de acesso condicionado da qual é assinante;
- V - receber cópia impressa ou em meio eletrônico dos contratos assim que formalizados;
- VI - ter a opção de contratar exclusivamente, de forma onerosa, os canais de distribuição obrigatória de que trata o art. 32.

## LEI Nº 5.070, DE 7 DE JULHO DE 1966

Cria o Fundo de Fiscalização das  
Telecomunicações e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### DO FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

Art. 1º Fica criado um fundo de natureza contábil, denominado "Fundo de Fiscalização das Telecomunicações", destinado a prover recursos para cobrir as despesas feitas pelo Governo Federal na execução da fiscalização dos serviços de telecomunicações, desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa execução.

Art. 2º O Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL é constituído das seguintes fontes:

- a) dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;
- b) o produto das operações de crédito que contratar, no País e no exterior, e rendimentos de operações financeiras que realizar;
- c) relativas ao exercício do poder concedente dos serviços de telecomunicações, no regime público, inclusive pagamentos pela outorga, multas e indenizações;
- d) relativas ao exercício da atividade ordenadora da exploração de serviços de telecomunicações, no regime privado, inclusive pagamentos pela expedição de autorização de serviço, multas e indenizações;
- e) relativas ao exercício do poder de outorga do direito de uso de radiofrequência para qualquer fim, inclusive multas e indenizações;
- f) taxas de fiscalização;
- g) recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades, organismos e empresas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- h) doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;
- i) o produto dos emolumentos, preços ou multas, os valores apurados na venda ou locação de bens, bem assim os decorrentes de publicações, dados e informações técnicas, inclusive para fins de licitação;
- j) decorrentes de quantias recebidas pela aprovação de laudos de ensaio de produtos e pela prestação de serviços técnicos por órgãos da Agência Nacional de Telecomunicações;
- l) rendas eventuais. [\*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.472, de 16/7/1997\)\*](#)

### DA APLICAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º. Além das transferências para o Tesouro Nacional e para o fundo de universalização das telecomunicações, os recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL serão aplicados pela Agência Nacional de Telecomunicações exclusivamente: [\*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.472, de 16/7/1997\)\*](#)

- a) na instalação, custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações existentes no País;
- b) na aquisição de material especializado necessário aos serviços de fiscalização;
- c) na fiscalização da elaboração e execução de planos e projetos referentes às telecomunicações.
- d) no atendimento de outras despesas correntes e de capital por ela realizadas no exercício de sua competência. [\*\(Alínea acrescida pela Lei nº 9.472, de 16/7/1997\)\*](#)

.....  
 .....

## LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

### CAPÍTULO II DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

.....

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e
- VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo

para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:

- a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e

II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

.....  
 .....

## **COMISSÃO DE CULTURA**

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise – PL 7.354/14, que visa apoiar a Mídia Independente, é de lavra da nobre Deputada Luciana Santos, que foi a relatora da Subcomissão Especial da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI, sobre formas de financiamento de mídias alternativas, na legislatura passada.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

### **II - VOTO DA RELATORA**

Cabe-nos analisar a matéria do ângulo da cultura. Após a análise desta CCult, cujo mérito cultural implica o compromisso e a valorização de propostas que assegurem recursos financeiros para meios de divulgação da Cultura, a proposição será objeto de análise das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do RICD) e

de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

De forma a enfrentar a questão objeto da proposição em análise, a Comissão de Ciência constituiu, em 2013, a Subcomissão Especial sobre Formas de Financiamento de Mídias Alternativas.

O relatório, da Deputada Luciana Santos vinha acompanhado de algumas Indicações ao Poder Executivo, propondo, por exemplo, linhas de apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) especificamente desenhadas para pequenos veículos de comunicação, tais como rádios e TVs comunitárias, jornais de bairro, blogs independentes, entre outros veículos classificáveis como veículos de mídia alternativa.

O presidente da subcomissão na ocasião era o Deputado Júlio Campos, sendo o Deputado Paulo Abi-Ackel o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Assim nasceu a proposta ora em debate.

Os recursos previstos para o fundo proposto são os consignados no art. 6º do Projeto, nos seguintes termos:

“ [...] Art. 6º Constituem receitas do Fundo:

I – dotações designadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais;

II – 10% (dez por cento) dos recursos a que se referem as alíneas “c”, “d” e “j” do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

III – 20% (cinquenta por cento) dos recursos a que se refere a alínea “e” do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

IV – 50% (cinquenta por cento) dos recursos auferidos na outorga onerosa de concessão ou permissão para executar os serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

**V – contribuição de 1% (um por cento) sobre a receita operacional bruta, excluídos os impostos, de emissoras de radiodifusão de**

**sons e de sons e imagens comerciais que não sejam classificadas como veículos de comunicação de pequeno porte, nos termos desta Lei;**

**VI – contribuição de 1% (um por cento) sobre a receita operacional bruta, excluídos os impostos, de prestadoras do serviço de acesso condicionado;**

VII – doações;

VIII – outras que lhe vierem a ser destinadas”.

Em relação às fontes previstas nos inciso V e VI, segundo os dados com os quais trabalhou a Subcomissão, colhidos pelo Projeto Inter-Meios, a receita bruta de todos os meios correspondia, em 2013, a valores da ordem de 39 bilhões – 1% equivaleria, portanto, a 390 Milhões, se considerados todos os meios. Ocorre que essa formulação **não inclui jornais e revistas, por exemplo** – sendo a receita da ordem de 250 milhões – que, salvo melhor juízo, não nos parece ser exagerada.

Na legislatura passada, a proposição foi analisada pela nobre deputada Alice Portugal, que apontava:

“Nos dispositivos constitucionais, especificamente naqueles que dispõem sobre a Cultura, há previsão de que o Estado proteja as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

O Plano Nacional de Cultura tem, entre seus objetivos, a promoção e **difusão** de bens culturais.

Ora, para que ocorra a difusão dessas manifestações no contexto do pluralismo cultural, nada mais eficaz que a mídia independente”.

Concordamos plenamente com a nobre parlamentar, que destacava, ainda, que a proposta se coaduna com o disposto na Lei nº 12.343/10, que institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, e prevê entre suas estratégias:

“1.4.8 Ampliar as linhas de financiamento e fomento à produção independente de conteúdos para rádio, televisão, internet e outras mídias, com vistas na democratização dos meios de comunicação e na valorização da diversidade cultural”.

Ademais, ressalte-se que a presente proposta ajudará a democratizar os meios de comunicação. Pois ao fomentar o florescimento de mídias alternativas, a presente proposta contribuirá para que a realidade chegue ao público por novos ângulos, novas visões, novas opiniões, engrandecendo o debate público sobre temas importantes para a população. Assim, por nada opor-se ao presente projeto, pelo contrário, consideramos meritória a proposição.

Diante do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Lei nº 7.354, de 2014.

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2017.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO  
Relatora

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 7.354/2014, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Maria do Rosário.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Thiago Peixoto - Presidente, Cabuçu Borges, Celso Pansera, Chico D'Angelo, Jean Wyllys, Jose Stédile, Pastor Eurico, Tiririca, Diego Garcia, Evandro Roman, Jandira Feghali, Lincoln Portela, Maria do Rosário e Tadeu Alencar.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 2017.

Deputado THIAGO PEIXOTO  
Presidente

**FIM DO DOCUMENTO**